

Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai¹

Camila Ferracini Origuéla

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES)
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Lorena Izá Pereira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
e-mail: lorena.izap@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar, no contexto da questão agrária brasileira e paraguaia, a luta pela terra e os movimentos socioterritoriais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federación Nacional Campesina (FNC). Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica e análise dos dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA LUTA) Brasil e Paraguai. Concluímos que ambos os países apresentam semelhanças no que se refere à luta pela terra e aos espaços construídos pelos movimentos socioterritoriais no âmbito deste processo. Historicamente, as lutas pela terra se desenvolviam de maneira espontânea e em escalas local e regional. A partir da década de 1980, com a constituição de movimentos socioterritoriais, a luta pela terra adquiriu caráter nacional e as ocupações de terra e manifestações se constituíram como as principais formas de luta pelo acesso a terra, pela permanência na terra, pelo desenvolvimento dos territórios camponeses e contra o atual modelo de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio.

Palavras-chave: Questão agrária; luta pela terra; movimentos socioterritoriais; Brasil; Paraguai.

Agrarian question, the struggle for land and socio-territorial movements in Brazil and Paraguay

Abstract

The aim of this paper is to analyze, in the context of the Brazilian and Paraguayan agrarian question, the struggle for land and socio-territorial movements, especially the Landless Workers' Movement (MST) and the Federación Nacional Campesina (FNC). The methodological procedures consisted of a literature review and analysis of the Fight for Land Database (DATA LUTA) Brazil and Paraguay. We conclude that both countries have similarities in relation to the struggle for land and spaces built by socio-territorial movements

¹ As análises apresentadas neste artigo são produtos de duas pesquisas de mestrado, uma finalizada em 2014, financiada pelo CNPq e intitulada "Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo - 1990-2013" e a outra em desenvolvimento desde 2015, financiada pela FAPESP e intitulada "A aquisição de terras paraguaias por brasileiros e argentinos: impactos e resistências".

in this process. Historically, land struggles were developing spontaneously and at local and regional scales. From the 1980s, with the establishment of socio-territorial movements, the struggle for land acquired national character and land occupations and demonstrations constituted as the main forms of struggle for access to land, the sojourn on earth, for the development of territories peasants and against the current agricultural development model, agribusiness.

Keywords: agrarian question; struggle for land; socio-territorial movements; Brazil; Paraguay.

Cuestión agraria, la lucha por la tierra y los movimientos socio-territoriales en Brasil y Paraguay

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar, en el contexto de la cuestión agraria de Brasil y Paraguay, la lucha por la tierra y los movimientos socio-territoriales, especialmente Movimiento de los Sin Tierra (MST) y la Federación Nacional Campesina (FNC). Los procedimientos metodológicos consistieron en una revisión y análisis de la Lucha por la Tierra Base de Datos (DATA LUTA) Brasil y Paraguay literatura. Llegamos a la conclusión de que ambos países tienen similitudes en relación con la lucha por la tierra y los espacios construidos por los movimientos socio-territoriales en este proceso. Históricamente, las luchas por la tierra estaban desarrollando de manera espontánea y en escalas locales y regionales. Desde la década de 1980, con la creación de movimientos socio-territorial, la lucha por la tierra adquirió ocupaciones y manifestaciones de carácter nacional y de la tierra constituyen como las principales formas de lucha para el acceso a la tierra, la estancia en la tierra, para el desarrollo de los territorios campesinos y contra el modelo de desarrollo actual de la agricultura, la agroindustria.

Palabras-clave: cuestión agraria; lucha por la tierra; movimientos socio-territoriales; Brasil; Paraguay.

Introdução

A luta pela terra é um problema histórico-estrutural intrínseco à formação dos territórios-nações e ao desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção no campo (ORIGUÉLA, 2014). Entre os séculos XIX e XX, as lutas camponesas pela terra se desenvolviam espontaneamente em escalas locais ou regionais. Com o surgimento de movimentos socioterritoriais na década de 1980 tanto no Brasil como no Paraguai, a luta pela terra adquiriu características político-geográficas e as ocupações de terra e manifestações despertaram como as principais formas de luta pelo acesso a terra, pela permanência na terra, pelo território, possibilitando a (re)criação do campesinato. Partindo destes pressupostos, o objetivo deste artigo é analisar, no contexto da questão agrária brasileira e paraguaia, a luta pela terra e os espaços construídos pelos movimentos

socioterritoriais neste processo, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federación Nacional Campesina (FNC).

Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica e análise dos dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) Brasil e Paraguai. O DATALUTA Brasil reúne dados sobre ocupações de terra, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais, manifestações do campo e estrangeirização de terras. O DATALUTA Paraguai reúne dados sobre ocupações de terra, movimentos socioterritoriais, manifestações do campo e estrangeirização de terras. O DATALUTA Paraguai está em processo de construção, por isso os dados sobre ocupações de terra e manifestações correspondem ao período de 2000 a 2015, diferente do DATALUTA Brasil com dados sobre ocupações de 1988 a 2014 e manifestações do campo de 2000 a 2014. Como os dados do DATALUTA são sistematizados, sobretudo, a partir de fontes secundárias, mais especificamente fontes de jornais, no caso do Paraguai a maior dificuldade é ter acesso a estes dados, visto que, apesar dos intensos conflitos agrários no país, os meios de comunicação quase não os divulgam.

O artigo está dividido em três tópicos, além da introdução e considerações finais. No primeiro tópico discutimos a construção do conceito de movimento socioterritorial a partir de uma leitura geográfica. No segundo tópico, estudamos no contexto da questão agrária brasileira as diferentes lutas pelo acesso a terra, com destaque para a luta pela terra protagonizada pelos movimentos socioterritoriais a partir das décadas de 1980 e 1990, sobretudo o MST. No terceiro tópico, analisamos a partir da questão agrária paraguaia as lutas pela terra e permanência na terra dos movimentos socioterritoriais, principalmente do FNC. Concluimos que ambos os países apresentam semelhanças no que se refere à luta pela terra e movimentos socioterritoriais. Historicamente, as lutas pela terra eram espontâneas e ocorriam em escalas local e regional. A partir da década de 1980, com a constituição de movimentos socioterritoriais, as ocupações de terra e as manifestações se constituíram como as principais formas de luta pela terra, pela permanência na terra, pelo desenvolvimento dos territórios camponeses e contra o atual modelo de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio.

Movimentos socioterritoriais: uma leitura geográfica

No Brasil, a partir da década de 1970, em um contexto de transformações econômicas, políticas e sociais, estabeleceu-se o processo de renovação da geografia através da inserção da abordagem marxista nas pesquisas sobre o espaço geográfico. Neste mesmo período, com a expansão dos movimentos sindicais, movimentos

camponeses e associações de moradores, assim como da conquista de espaços políticos para as suas reivindicações, aumentou o número de geógrafos interessados em estudá-los (PEDON, 2009). Os primeiros trabalhos na geografia sobre movimentos sociais se baseiam em concepções teórico-conceituais sociológicas, sobretudo nas obras de José de Souza Martins, Maria da Glória Gohn, Manuel Castells e Jean Lojkin (PEDON, 2009). Nas décadas de 1980 e 1990, alguns trabalhos construíram uma análise geográfica dos movimentos sociais, a exemplo de Viana (1980), Kahil (1985) e Souza (1988) (PEDON, 2009).

A sociologia, por intermédio do conceito de movimento social, analisa a organização, as relações, a transformação ou extinção de sujeitos sociais coletivos. Não existe nesta área do conhecimento uma preocupação com os processos geográficos construídos pelos movimentos no decorrer das suas lutas (MARTÍN, 1997). É a partir desta inquietação que os autores Martín (1997), Fernandes e Martín (2004), Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2013) propõem a partir de uma leitura geográfica dos movimentos a composição dos conceitos movimento socioespacial e movimento socioterritorial. Os autores compreendem que ao realizarem análises sobre os tipos de espaços e de territórios produzidos e conquistados pelos movimentos através de suas ações, estão construindo uma leitura diferente dos sociólogos, visto que são métodos de estudo diferenciados (FERNANDES e MARTÍN, 2004). Compreendemos, assim como Santos (1996, p. 70), que os “conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas em outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são flashes isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações”.

Os movimentos socioespaciais são aqueles que possuem o espaço como trunfo (MARTÍN, 1997). São movimentos que se desenvolvem a partir de ações centradas no espaço. Os movimentos socioterritoriais, assim como os socioespaciais, constroem espaços, todavia com o objetivo de conquistar territórios. O território é um trunfo no movimento de enfrentamento e resistência ao capital (RAFFESTIN, 1993). Deste modo, a composição de espaços e a sua transformação em territórios é imprescindível para a territorialização e, conseqüentemente, existência dos movimentos socioterritoriais. De acordo com Pedon (2009, *s.n.*) “as mobilizações sociais que possuem a conquista do território como objeto de luta, e que se inserem no quadro conflituoso da luta de classes no Brasil, são conceitualizados, sob uma perspectiva geográfica, como Movimentos Socioterritoriais”. É a partir da leitura geográfica de movimentos socioterritoriais que analisaremos a luta pela terra no Brasil e Paraguai, assim como os espaços produzidos pelo MST e FNC com o objetivo de conquistar frações do território.

Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil

No período colonial o campesinato era um sujeito social precário, que circulava constantemente pelo território nacional e se reproduzia a partir da posse de terras que não estavam inseridas na lógica de apropriação das sesmarias (PAULINO, 2012). Neste ínterim, o campesinato se desenvolveu às margens do sistema escravocrata e era composto por mestiços, agregados das fazendas, excluídos do direito à herança e à propriedade (MARTINS, 1995). Com a Lei de Terras de 1850, segundo a qual a propriedade da terra só poderia ser adquirida mediante a compra e venda ou a doação do Estado, ocorreu o reconhecimento jurídico e institucional do campesinato, que se tornou um proprietário de terras, moderno e dependente do mercado capitalista (PAULINO, 2012). Neste contexto, o monopólio de classe circunscrito ao trabalho escravo se converte no monopólio de classe sobre a terra e o senhor de escravos se transforma no senhor de terras (MARTINS, 1995).

A partir do final do século XIX, com a expansão da produção cafeeira, a imigração europeia se tornou cada vez mais necessária. Entre os anos de 1887 e 1900, 73% dos imigrantes que chegaram ao país eram de origem italiana e se constituíam enquanto mão de obra no campo (MONBEIG, 1984). No estado de São Paulo, por exemplo, os imigrantes que trabalhavam nas fazendas de café eram denominados colonos e se reproduziam a partir do sistema de colonato, no qual os camponeses cultivavam os pés de café pertencentes aos fazendeiros e em troca produziam alimentos para autoconsumo próximo às fileiras de café. Até meados dos anos 1960, prevaleceu no espaço agrário brasileiro o padrão latifúndio-minifúndio de exploração da terra e o colonato (BOMBARDI, 2006). Neste mesmo período, a modernização da agricultura desencadeou, por um lado, a integração agricultura-indústria e, por outro lado, a exclusão, expropriação e (re)criação do campesinato, principalmente, na região Centro-Sul do Brasil.

A expansão do modo capitalista de produção na agricultura produz relações de produção capitalistas, como o trabalho assalariado e, contraditoriamente, relações de produção não capitalistas, como o trabalho familiar (MARTINS, 1995; OLIVEIRA, 1991). Deste modo, o campesinato é destruído e (re)criado no âmbito do desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção na agricultura (OLIVEIRA, 1991). A agricultura capitalista e a agricultura camponesa determinam diferentes modelos de desenvolvimento da agricultura, o primeiro fundamentado na produção de *commodities* em larga escala para exportação e, o segundo, na produção familiar de alimentos para os mercados local, regional e nacional. Entretanto, a (re)criação do campesinato não rompe com a relação de produção dominante e os camponeses se encontram subalternos ao modo capitalista de produção através da renda da terra e aquisição de pacotes tecnológicos, como

sementes transgênicas e insumos químicos (OLIVEIRA, 1991; FERNANDES, 2008; ROOS, 2015).

É a partir destes diferentes contextos histórico-geográficos que os camponeses se (re)criam, reproduzem-se e lutam contra a exclusão e a expropriação e pelo acesso a terra. No Brasil, as lutas camponesas pela terra são intrínsecas aos processos de formação do território e de desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo e, mais recentemente, na cidade. As lutas pelo acesso a terra que eclodiram entre a abolição da escravidão (1888) e a ditadura militar (1964) podem ser classificadas em três tipos: a) lutas messiânicas (1888-1930), como a Guerra de Canudos (1893-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916); b) lutas radicais, localizadas e espontâneas (1930-1954), como as lutas dos posseiros da rodovia Rio-Bahia, os conflitos por terra no Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo e a revolta de Trombas e Formoso (1950-1957) em Goiás; c) lutas organizadas, com caráter ideológico e em escala nacional (1950-1964), com a constituição da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) (MORISSAWA, 2001).

Com a instauração da ditadura militar (1964-1985), as lutas pelo acesso a terra e os movimentos camponeses em ascensão foram truculentamente reprimidos. Todavia, a partir do final da década de 1970, com o auxílio da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os camponeses excluídos e expropriados pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura se organizaram política e espacialmente com o objetivo de conquistar porções do território brasileiro. É a partir deste contexto que em 1984 ocorre a composição do principal movimento socioterritorial de luta pela terra e reforma agrária do Brasil, o MST, no município de Cascavel, estado do Paraná. Com a organização política dos camponeses sem-terra e a constituição do MST, a luta pelo acesso a terra adquire novas características, como a emergência da ocupação de terras como a principal forma de se lutar pela terra e reforma agrária no país. Por conseguinte, o MST introduz uma nova etapa no processo histórico de luta pelo acesso a terra no Brasil: a político-geográfica (FERNANDES, 1996, 2000; FELICIANO, 2003).

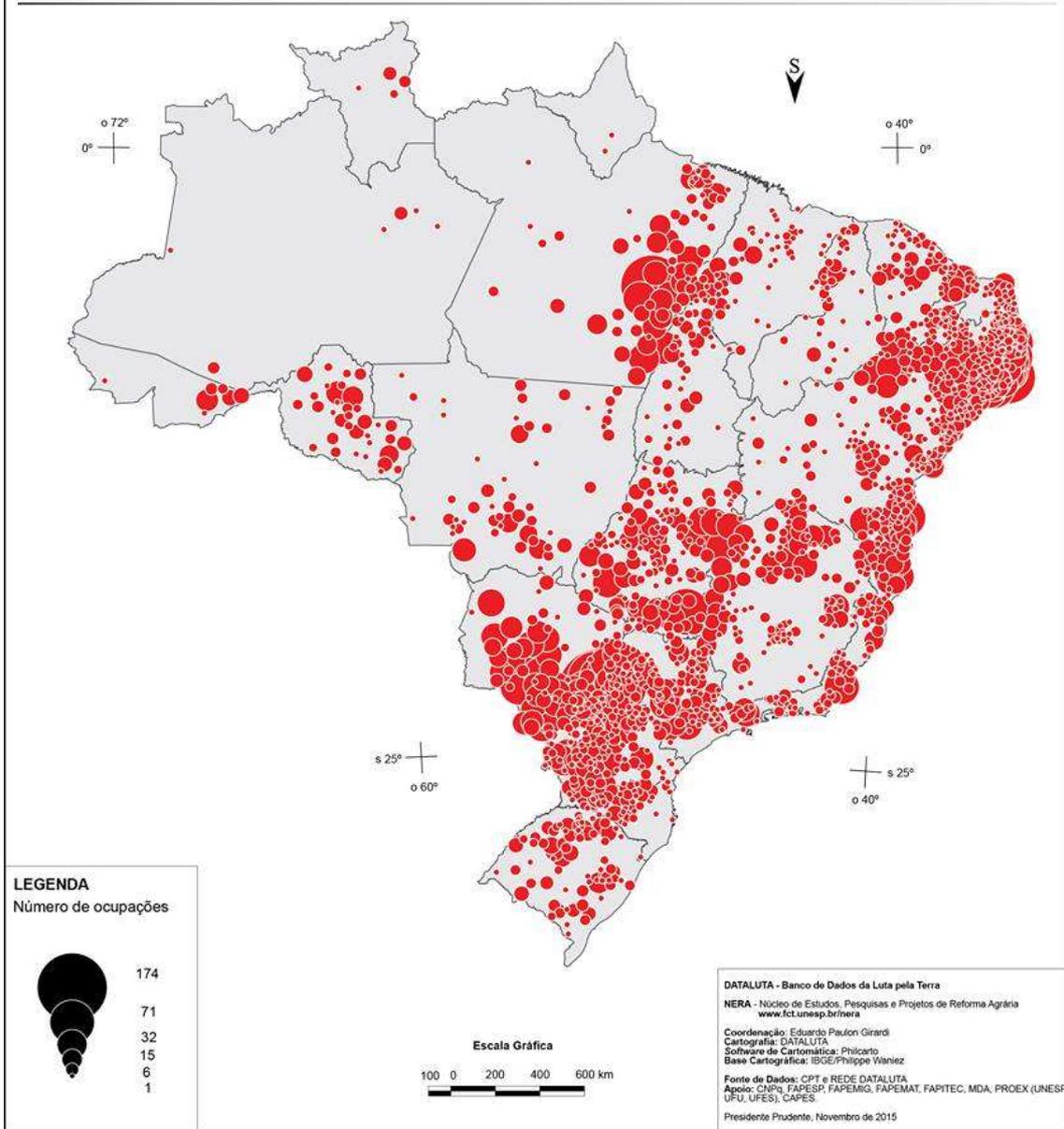
A composição do MST em escala nacional é compreendida a partir de três períodos distintos (FERNANDES, 2000; 2013). O primeiro período corresponde aos anos de 1978 a 1985, em que ocorreu a gestação e formação do MST sobretudo nas regiões Sudeste e Sul. Neste momento, o MST definiu a sua forma de organização e as suas diretrizes políticas, adotando a ocupação de terra como a sua principal estratégia de luta pela terra e reforma agrária (FERNANDES, 2013). Posteriormente, entre 1985 e 1990, o MST se estabeleceu nas outras regiões do país e construiu uma estrutura organizativa alicerçada em coordenação, direção e secretaria nacional e em setores de atuação. O terceiro período, que teve início em 1990, caracteriza-se pela institucionalização do MST (FERNANDES,

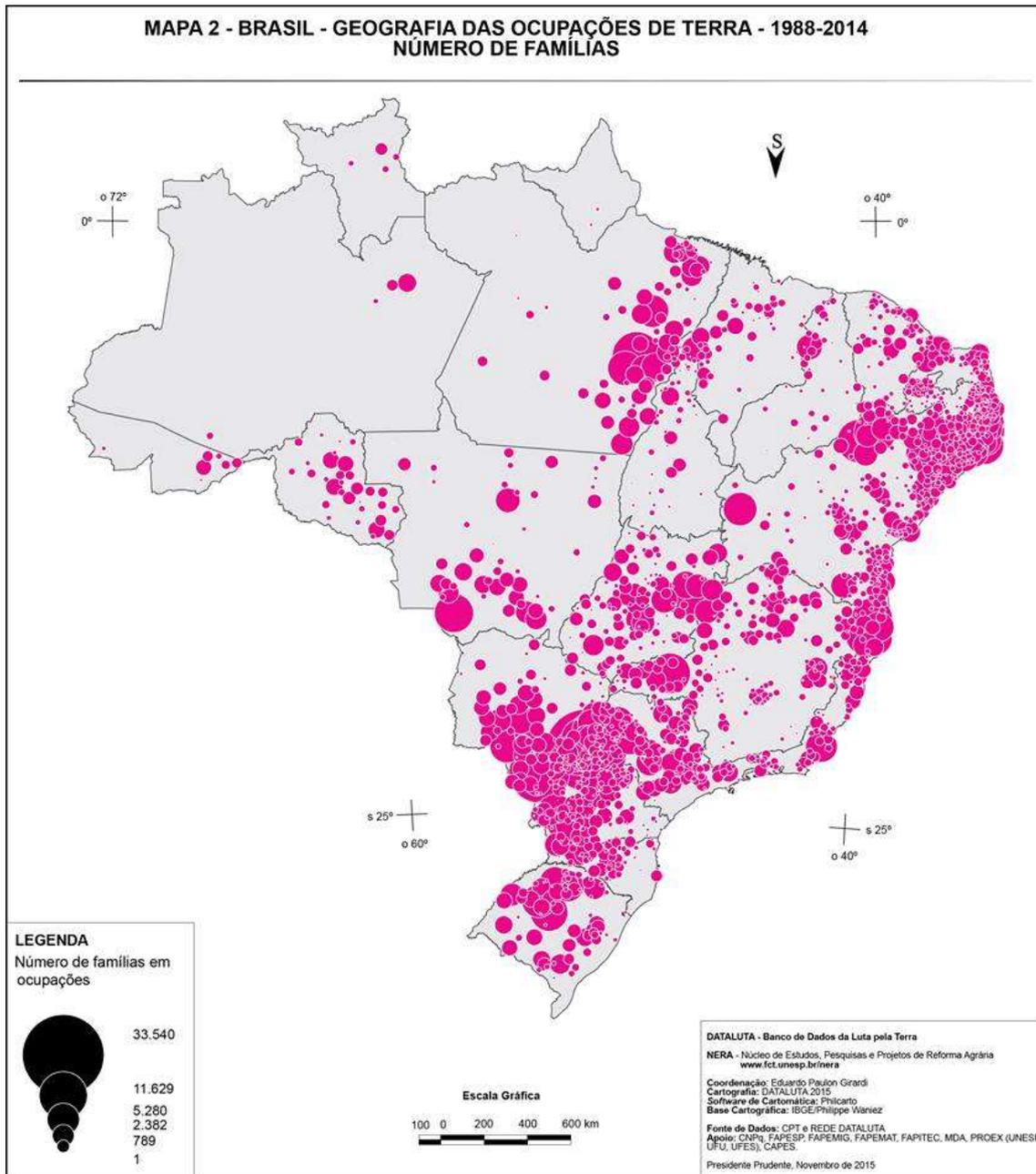
2013). Com a consolidação do Movimento, das suas diretrizes e estrutura organizativa, houve a intensificação e massificação das ocupações de terra em diferentes regiões do país (FELICIANO, 2003; FERNANDES, 2013).

Nestas últimas décadas, a ocupação da terra tem se constituído como a principal estratégia de (re)criação do campesinato no Brasil (FERNANDES, 1996, 2000, 2008). A ocupação da terra possibilita a conquista de territórios e a (re)criação de relações de produção não capitalistas, baseadas na tríade terra, trabalho e família. De acordo com Fernandes (1996, 2000), a espacialização da luta pela terra através de ocupações de terra e acampamentos proporciona a sua territorialização com a implantação de assentamentos rurais, que se constituem enquanto territórios camponeses. A espacialização consiste em registrar no espaço através de ações concretas um processo de luta. Por sua vez, a territorialização se resume a conquista de porções do território, resultado da organização e ação dos camponeses (FERNANDES, 1996). A espacialização e territorialização da luta pela terra são fundamentais no processo de (re)criação do campesinato e na construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura alicerçado no modo de vida e produção camponês.

De 1988 a 2014, ocorreram 9.280 ocupações de terra com 1.275.847 milhões de famílias no Brasil (DATA LUTA, 2015). As macrorregiões Nordeste e Sudeste se destacam no número de ocupações de terra e famílias em ocupações, seguidas das regiões Centro-Oeste, Sul e Norte (ver mapa 1 e mapa 2). Na escala estadual, destacam-se São Paulo com 1.544 ocupações e 208.009 famílias e Pernambuco com 1.340 ocupações e 171.630 famílias, seguidos de Minas Gerais com 722 ocupações e 71.517 famílias, Bahia com 719 ocupações e 110.983 famílias e Paraná com 701 ocupações e 89.682 famílias. O MST é o movimento socioterritorial que mais organizou ocupações de terra, construiu acampamentos e conquistou assentamentos rurais no país. Além dele, outros 126 movimentos adotaram a ocupação como a principal estratégia de luta no período de 2000 a 2014.

**MAPA 1 - BRASIL - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA - 1988-2014
NÚMERO DE OCUPAÇÕES**





O número de ocupações de terra oscila de acordo com o contexto político, econômico e social do país, as experiências de lutas vivenciadas pelos camponeses na espacialização e territorialização da luta pela terra e o projeto político dos movimentos socioterritoriais (ORIGUÉLA, 2014). Na década de 1990, com a implementação de políticas neoliberais, a reestruturação das relações entre Estado e sociedade e a institucionalização do MST com o lema “ocupar, resistir e produzir”, intensificou-se o número de ocupações de terra, acampamentos e manifestações. No primeiro e segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), registrou-se 3.845 ocupações de terra com 567.924 famílias. Em consequência disto, o Estado criou 4.308 assentamentos rurais e assentou 461.503 famílias (DATALUTA, 2015).

Neste mesmo período, exacerbou-se a repressão da luta pela terra com o Massacre de Corumbiara em 1995 em Rondônia e o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 no Pará, nos quais 10 e 21 sem terras foram brutalmente assassinados, respectivamente. Em 2000, o governo federal criou a Medida Provisória Nº 2.109-52 com o objetivo de inibir as ocupações de terra e desestruturar o MST, criminalizando a luta pela terra. Segundo a medida, o imóvel rural objeto de esbulho possessório ou de ocupação motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado num período de dois anos a partir da sua desocupação e as famílias que participassem de ocupações de terra não poderiam ser assentadas. A partir deste contexto, o MST começou a ocupar as propriedades limítrofes às propriedades reivindicadas ou a erguer seus acampamentos na beira das estradas, em frente ou próximo à área demandada (FELICIANO, 2003). Ao invés de impedir a espacialização da luta pela terra, a medida provisória possibilitou a ascensão de novas estratégias de enfrentamento, evidenciando que as experiências de luta e resistência são construídas no âmbito da luta de classes.

Na década de 2000, principalmente a partir de 2003, com a ascensão do agronegócio enquanto alternativa na geração de saldos positivos na balança comercial, a eleição de um governo pós-neoliberal que elaborou o II Plano Nacional de Reforma Agrária e a composição da seção brasileira da Via Campesina, o número de ocupações de terra aumentou significativamente. No primeiro e segundo mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ocorreram 3.804 ocupações de terra com 493.479 famílias. Com relação aos assentamentos rurais, foram criados 3.608 com 422.808 famílias (DATALUTA, 2015). Embora o número de ocupações de terra que ocorreram nos períodos 1995-2002 e 2003-2010 seja próximo, no último período houve a diminuição do número de assentamentos rurais criados. Uma das explicações para a queda deste número é a expansão do agronegócio no campo, que ao avançar sobre propriedades improdutivas, comprando-as ou as arrendando, ou terras públicas, grilando-as, impossibilita o processo de reforma agrária.

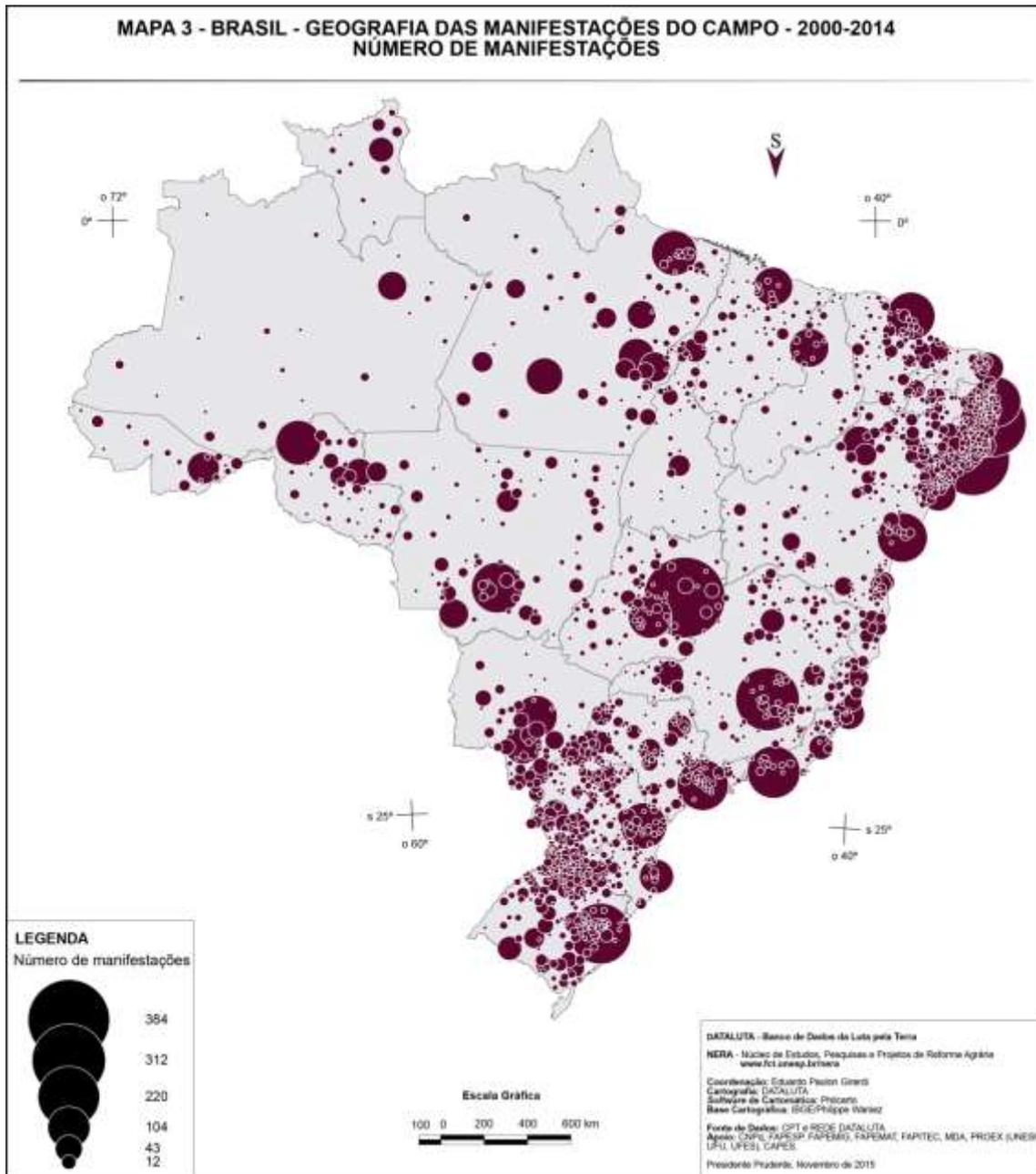
No primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), ocorreram 970 ocupações de terra com 102.703 famílias e foram criados 512 assentamentos rurais com 39.136 famílias. Concomitantemente ao avanço do agronegócio no campo, houve a queda extraordinária do número de ocupações de terra e, conseqüentemente, de assentamentos rurais criados. Diante disto, um dos principais entraves à luta pela terra e reforma agrária na atualidade é a territorialização do agronegócio (FERNANDES, 2013; ORIGUÉLA, 2014), especialmente na região Centro-Sul do país - Oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudeste de Goiás -, constituindo o polígono do agronegócio, que concentra 80% da produção de cana-de-açúcar, 30% da produção de soja

e parte significativa da produção de eucalipto, além de mais da metade das usinas de açúcar e álcool e as melhores terras agricultáveis do Brasil (THOMAZ JUNIOR, 2010).

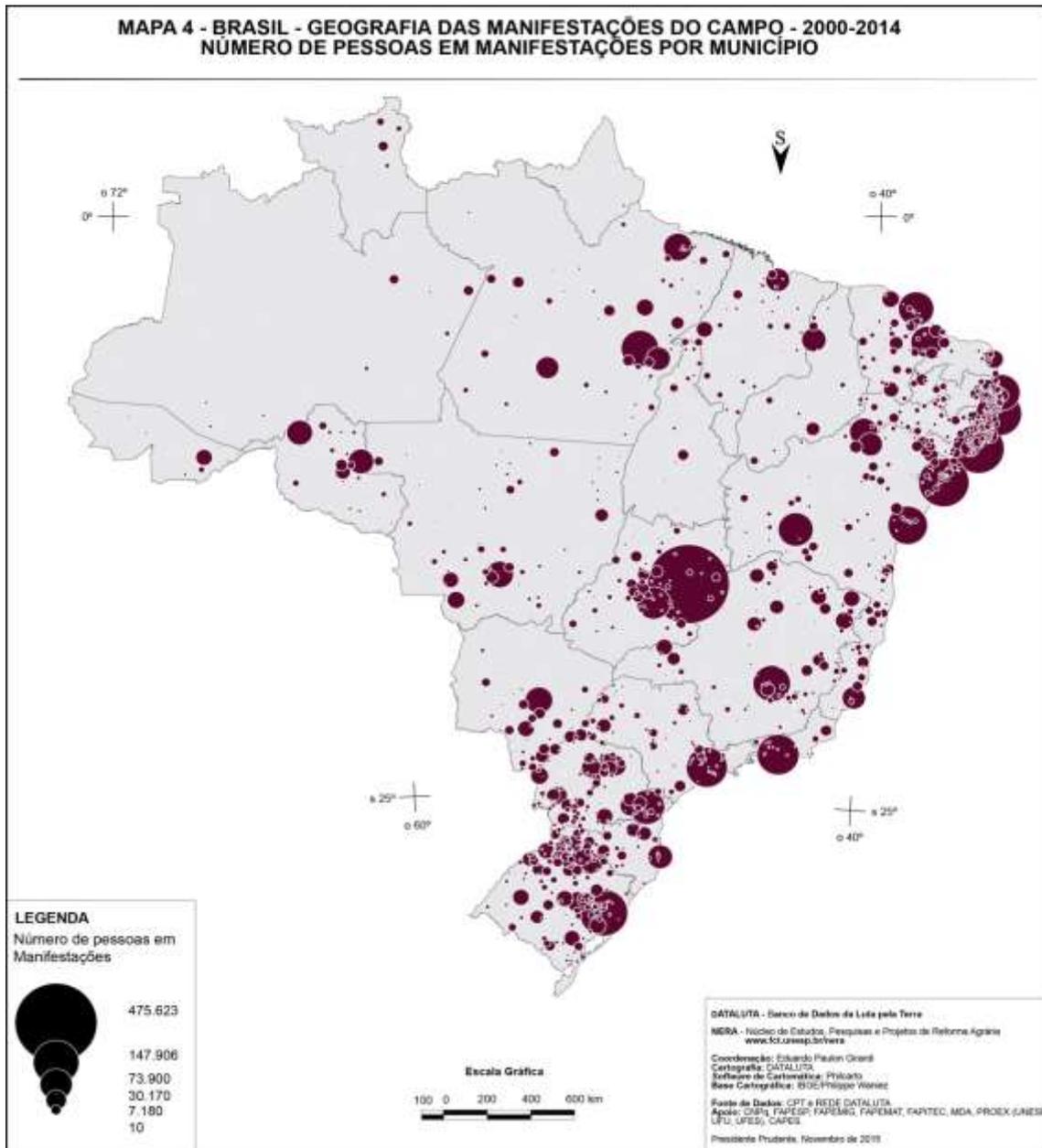
As disputas territoriais entre MST e agronegócio têm se intensificado nestes últimos anos. No estado de São Paulo, por exemplo, o MST já ocupou a fazenda Santo Henrique, pertencente à empresa Cutrale, maior produtora de laranja do país, localizada nos municípios de Iaras, Borebi e Lençóis Paulista, pelo menos 15 vezes. A propriedade de 2,6 mil hectares faz parte de um conjunto de terras da União que foram historicamente griladas por fazendeiros (FELICIANO, 2003). Além disso, a empresa responde judicialmente por diversos processos ambientais, trabalhistas e sociais. No início de 2015, a Justiça do Trabalho de Matão condenou a empresa a encerrar a terceirização irregular das atividades de plantio, cultivo e colheita de laranja e, ainda, a pagar indenizações pelo não cumprimento da legislação trabalhista. Deste modo, as ocupações em propriedades controladas pelo agronegócio questionam a legalidade dos processos de aquisição das terras, os danos ambientais e sociais da produção de *commodities* e, conseqüentemente, a hegemonia do agronegócio.

Além das ocupações de terra, outra estratégia de luta pela (e na) terra é a manifestação, traduzida em diferentes tipos como: acampamento, bloqueio de rodovia, concentração em espaço público, marcha, caminhada, ocupação de prédio público e privado, romaria, vigília, entre outras. Através das manifestações os movimentos socioterritoriais questionam o modelo de desenvolvimento da agricultura hegemônico, propõem a construção de uma reforma agrária popular e a nacionalização do Programa Camponês, reivindicam a aceleração dos processos de desapropriação de terras para a reforma agrária, apresentam ao Estado e a sociedade os problemas vivenciados pelas famílias assentadas, como a precariedade da infraestrutura dos assentamentos rurais e a dificuldade de acesso a políticas agrícolas e, ainda, demandam a criação de políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento dos territórios camponeses e a autonomia do campesinato. As ocupações de terra, os acampamentos e as manifestações são ações espaciais que se complementam no processo de (re)criação e reprodução do campesinato.

Entre 2000 e 2014, ocorreram 10.623 manifestações com 6.244.907 pessoas em todo o país (DATALUTA, 2015) (ver mapa 4 e 5). As macrorregiões Nordeste e Sul se destacam no número de manifestações, seguidas das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte.



Na escala estadual, o Rio Grande do Sul se sobressai com 1.005 manifestações e 698.456 pessoas, seguidos dos estados de Alagoas com 786 manifestações e 354.414 pessoas, Pernambuco com 772 manifestações e 371.438 pessoas, Pará com 725 manifestações e 385.874 pessoas, Minas Gerais com 688 manifestações e 390.916 pessoas (DATALUTA, 2015). Na maioria das vezes, as manifestações são organizadas por um conjunto de movimentos socioterritoriais que possuem uma pauta de reivindicações em comum. No caso do MST, as manifestações ocorrem em associação com a Via Campesina, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros.



Normalmente, o número de manifestação é mais expressivo nas capitais em virtude da localização das esferas de poder e espaços de decisão (FERNANDES, 1996; PEREIRA, 2015). Nestes espaços, as manifestações também podem ser acompanhadas pela sociedade, diferente das ocupações de terra e dos acampamentos que precisam ser noticiados pela mídia para que toda a sociedade fique sabendo da sua existência e luta. Na cidade, as lutas e reivindicações dos sem terra adquirem maior notoriedade, assim como as suas propostas políticas podem ser apresentadas e discutidas. No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, as manifestações discutem os impactos sociais e ambientais do atual modelo de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio, como apresenta e dialoga com a sociedade um modelo de desenvolvimento fundamentado na agricultura camponesa, na produção de

alimentos sem a utilização de agrotóxicos e em consonância com a natureza. As manifestações também se intensificam nos períodos eleitorais, momento em que os movimentos socioterritoriais procuram inserir nas discussões político-partidárias as necessidades do campo (PEREIRA, 2015).

As ocupações de terra, os acampamentos e as manifestações são ações espaciais que questionam a concentração fundiária, o latifúndio, o agronegócio e que possibilitam a territorialização da luta pela terra e, conseqüentemente, a construção de um modelo de desenvolvimento baseado na agricultura camponesa. São ações que constroem espaços com o objetivo de conquistar territórios que, por sua vez, contribui com a construção de outros espaços e territórios. É no âmbito das lutas pela terra e pelo território que o MST se constitui enquanto movimento socioterritorial, reafirmando a identidade coletiva camponesa.

Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Paraguai

A história social do Paraguai é uma história de luta pela terra. Com o término da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), foi promulgada a Constituição que instituiu a propriedade privada. Em 1883 e 1885 foram estabelecidas leis que colocaram a venda propriedades estatais com a justificativa de gerar divisas para arcar com a dívida deixada pela Guerra da Tríplice Aliança (PASTORE, 1972), o que permitiu a territorialização de estrangeiros no país, sobretudo de espanhóis, ingleses, brasileiros e argentinos, desterritorializando camponeses paraguaios. Assim se inicia o problema da terra no Paraguai (RIQUELME, 2003). O início do século XX foi marcado por latifúndios para a extração de madeira² e de erva-mate, como o caso da territorialização de empresas como Carlos Casado, empresa de capital espano-argentino e La Mate Laranjeira, de capital brasileiro. É neste cenário que surgem os primeiros movimentos de luta pela terra no Paraguai, com a “finalidad de detener el desalojo peticionando a las autoridades que sus derechos de ocupación fueran reconocidos y respetados” (RIQUELME, 2003, p. 46). Contudo, destacamos que estes movimentos não atraíam grande contingente de camponeses, mas sim apenas aqueles diretamente afetados pelas leis de venda de terras públicas, ou seja, aqueles que foram desterritorializados e estavam lutando por seu território.

Posteriormente, entre os anos 1910 e 1930, grêmios obreiros através de uma corrente anarquista organizaram os agricultores nos distritos nos arredores de Assunção,

² A árvore explorada era o quebracho, que além de apresentar uma boa resistência, possuía o tanino, utilizado para a curtição do couro. O ciclo do tanino se iniciou na Argentina na segunda metade do século XIX e se expandiu para o Paraguai com o fim da Guerra. O ciclo do tanino teve seu fim na década de 1950.

como o objetivo de estudar e defender os interesses dos camponeses e de combater os problemas sociais presentes nesta classe. Segundo Riquelme (2003), após estas organizações apenas na década de 1960 que os camponeses começaram a se articular novamente, uma vez que na década de 1950 inicia a migração massiva de camponeses brasileiros em direção ao Paraguai, proporcionada pela entrada do capitalismo no campo nos estados da região Sul do Brasil, que desterritorializou camponeses que, por sua vez, se reterritorializaram na faixa de fronteira do Paraguai com o Brasil, ou seja, departamentos de Alto Paraná, Amambai e Itapúa. Este processo de territorialização de camponeses e latifundiários brasileiros explica porque atualmente esta região é a maior produtora de soja do Paraguai. A situação se agravou com o golpe de Estado e com a entrada de Alfredo Stroessner (1954-1989) na presidência do país. A ditadura stronista doou uma massiva quantidade de terras para simpatizantes do governo, militares e estrangeiros, desterritorializando camponeses paraguaios e proporcionando a concentração fundiária.

Este modelo se acentuou cada vez mais e apenas em 1960 surgiu o primeiro movimento concreto de luta pela terra no país, as Ligas Agrárias Cristianas, que se origina como CEBs (TALESCA, 2004). Segundo Campos (1992, p. 18) “la reconstitución del actor colectivo campesino fue posible gracias al trabajo realizado por la acción pastoral de la Iglesia”. O movimento teve sua origem na Paróquia de Santa Rosa, departamento de Misiones, englobando campesinos de Cordillera, Paraguarí, Caaguazú, San Pedro e Misiones, que correspondiam e ainda correspondem aos departamentos com maior concentração da população camponesa. Este movimento foi criado em um momento em que o Paraguai vivia um aumento na concentração da terra e da violência, pois o país estava sob o regime ditatorial de Alfredo Stroessner (1954-1989), que doou terras de modo ilegal a latifundiários paraguaios e brasileiros, acentuando ainda mais a desterritorialização e formando no que hoje o movimento camponês intitula de ‘*tierras malhabidas*’. As Ligas Agrárias “buscaron construir una organización social y productiva sustentada en la solidaridad y la cooperación descartando la rentabilidad y el mercado como los ejes articuladores” (ROJAS, 2014, p. 64), contudo o movimiento foi perseguido e brutalmente desarticulado pelo regime militar no ano de 1976. Segundo Villagra (2014) e Palau (2014), as Ligas Agrárias desapareceram, mas deixaram sementes que permitiram a formação de novas organizações camponesas a partir da década de 1980.

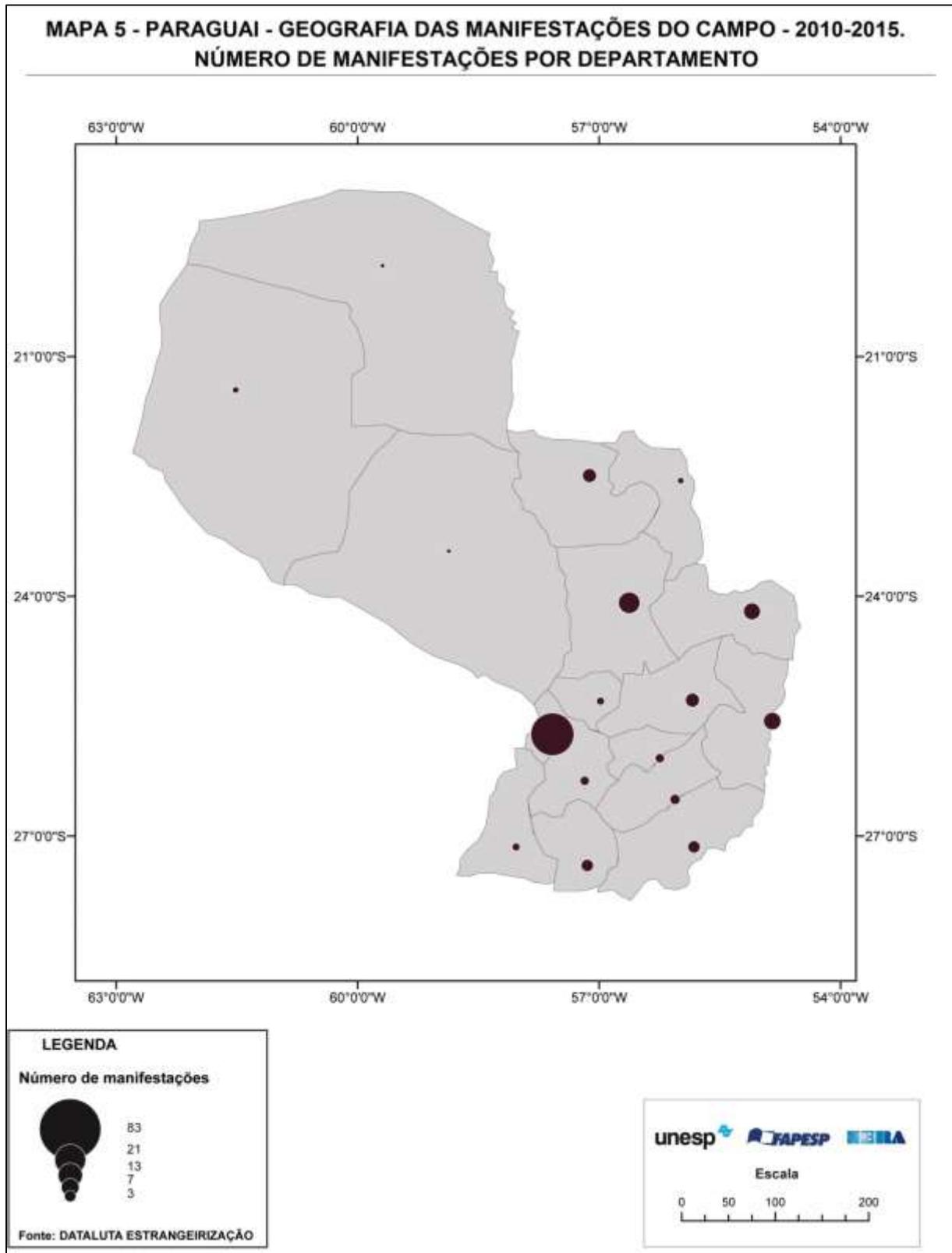
A abertura política do Paraguai no final da década de 1980 permitiu a organização do campesinato paraguaio através de movimentos socioterritoriais, possuindo o mesmo objetivo principal: reforma agrária integral, que abarca acesso a terra, assistência técnica, crédito e soberania alimentar (ROMERO, 2015). Nas décadas de 1980, 1990 e 2000 em escala nacional foram criados: *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP), *Movimiento Agrario del Paraguay* (MOAPA), *Organización Nacional Campesina* (ONAC), *Organización*

de *Lucha por la Tierra* (OLT), *Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* (CONAMURI), *Federación Nacional Campesina* (FNC), *Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas de Paraguay* (ONAI), *Movimiento Agrario Popular* (MAP) e a *Coordinación de Productores Agrícolas* (CONAPA) e em escala departamental se constituíram a *Asociación de Agricultores del Alto Paraná* (ASAGRAPA) e a *Coordinación Regional de Agricultores de Itapúa* (CRAI). Estes movimentos estão diretamente relacionados com as Ligas Agrárias Cristianas da década de 1960, pois a maioria de seus militantes compunham as Ligas. Estes movimentos atuam também em conjunto, formando a Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC), uma articulação de movimentos que engloba cerca de trinta organizações (PALAU, 2005). Dentre os movimentos citados apenas o CONAMURI, MCNOC, MCP, OLT, ONAI e MAP participam da Via Campesina.

Selecionamos a *Federación Nacional Campesina* (FNC), pois é o movimento socioterritorial paraguaio com maior poder de mobilização e o mais expressivo na luta pela terra a partir de manifestações e ocupações. A FNC foi fundada em 1991, como resultado de uma aliança entre diversos movimentos de luta pela terra. No decorrer dos anos tais movimentos foram rompendo com a Federação por diferenças ideológicas, mas mesmo assim ainda hoje a FNC possui diversas ações conjuntas com variados movimentos socioterritoriais, com um grande poder de articulação. O principal objetivo da FNC é a luta contra o latifúndio, isso explica o fato do movimento ocupar apenas propriedades maiores de 3.000 hectares, pois reconhece que a reforma agrária é um requisito para romper com a dependência do Paraguai, ou seja, a concentração de terra é uma barreira ao desenvolvimento (ROMERO, 2015). A partir de conquistada a terra, a luta da FNC é pela melhora da qualidade de vida dos pobres, que os camponeses possam ter acesso à saúde, educação e moradia. De acordo com Delgado (2012), a FNC desde o seu início até 2010 haviam ocupado cerca de 190.000 hectares de terras improdutivas, reunindo 14.000 famílias, totalizando 60.000 pessoas. A FNC atualmente luta pelo seu território, contudo, desde o ano de 2013 tem orientado suas ações para barrar as pulverizações de agroquímicos em comunidades camponesas realizadas por parte de latifundiários sojicultores, sobretudo brasileiros. As pulverizações têm ocorrido com muita frequência, constituindo como uma forma de desterritorialização, pois é uma pressão para os camponeses migrarem para outras terras ou mesmo em direção a periferias das cidades. Deste modo, a ação contra as pulverizações aéreas é uma luta por permanência no território.

A *Federación Nacional Campesina* foi o primeiro movimento a se fragmentar pelo fato da inserção de partidos políticos no interior da organização. Há críticas em relação à FNC, sobretudo porque alguns dirigentes desta Federação fundaram no ano de 1999 em

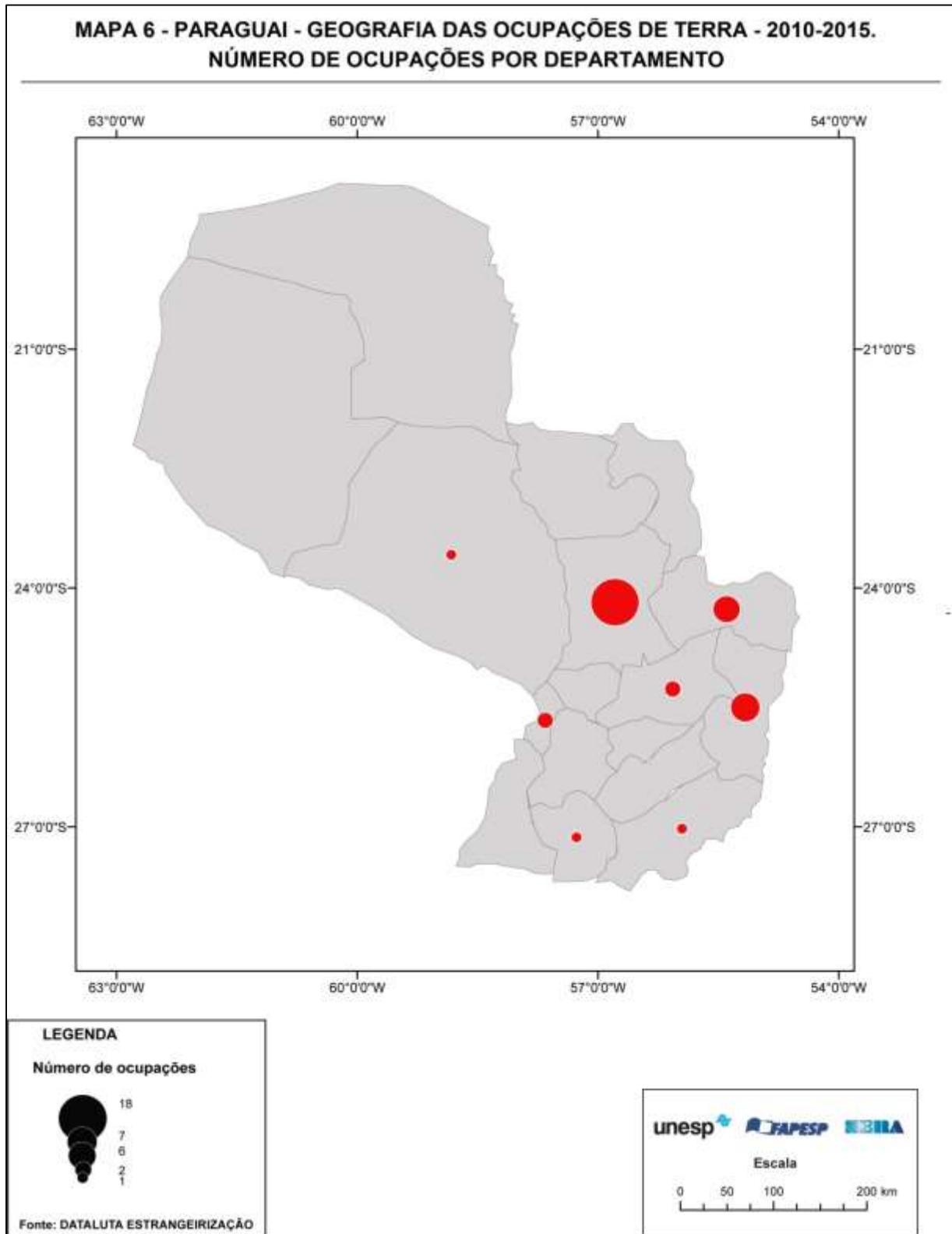
conjunto com outros movimentos sindicais, o partido político de base marxista e leninista *Paraguay Pyahu Ra* (PPPR). A constituição de tal partido aumentou as divergências ideológicas e táticas entre os movimentos socioterritoriais paraguaios, desarticulando a luta pela reforma agrária. Contudo, os atuais dirigentes da FNC frente a esta crítica afirmam que a Federação “*es una Organización gremial, entonces no puede decir que pertenece a tal partido político, porque dentro del grêmio hay diferentes partidos – tanto de derecha como de izquierda*” (PALAU, 2014, p. 69). Mesmo com este julgamento e com as rupturas em relação ao movimento, o fato é que FNC é o principal movimento de luta pela terra no Paraguai, pois é movimento que possui uma capacidade de organização e mobilização significativa. Além das ações pontuais, anualmente a FNC realiza a *Marcha del Campesinado Pobre*, que em 2016 completou sua vigésima terceira edição, mobilizando 8.000 pessoas na capital paraguaia, reivindicando a reforma agrária e a renúncia do atual presidente do Paraguai Horácio Cartes (2013-2015), político do Partido Colorado e que governa a favor do agronegócio. Nesta marcha a FNC mobilizou outros movimentos socioterritoriais, acadêmicos e a população urbana (Mapa 5).



Entre 2010 e 2015 ocorreram 231 manifestações no Paraguai, nas quais a FNC organizou 55 ações. O Departamento que concentra maior número de manifestações é Central, uma vez que é onde se localiza a capital do país, ou seja, o centro de decisão e

onde o movimento possui maior visibilidade. De todas as ações registradas, 93 correspondem a marchas e 37 dizem respeito a bloqueios de rodovias. Destacamos que deste total, 25 manifestações foram para o bloqueio de plantação de soja, ocorrendo principalmente nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú e Itapúa, pois são os departamentos em que a produção de soja é mais expressiva. Podemos associar esta tipologia de manifestação à estratégia de 'empate', que segundo Gonçalves (2003) corresponde a uma tática que os seringueiros do Acre utilizavam para impedir a derrubada da floresta, é um conflito que ninguém perde e nem ganha. No caso da soja a empresa e/ou latifundiário não cultiva e os camponeses não são desterritorializados. Nesse sentido a manifestação ocorre como uma luta contra o modelo de desenvolvimento imposto pelo agronegócio.

No que tange as ocupações de terra, embora os movimentos socioterritoriais reconheçam que as ocupações são a principal forma de luta contra os latifúndios, a sua ocorrência ainda é restrita. Contudo, segundo nota da FNC durante a *XXIII Marcha del Campesinado Pobre*, 2016 será um ano com muitas ocupações de terras. Entre 2010 e 2015 foram registradas apenas 38 ocupações de terra, na qual a FNC participou apenas de uma ação. Diferentemente das manifestações, as ocupações são realizadas, na sua maioria, por movimentos que atuam em escala departamental e através da luta para permanecer na terra. O departamento que apresentou o maior número de ocupações foi San Pedro com 18 ações, pois há uma luta intensa contra a desterritorialização do assentamento Cristo Rey, no distrito de Guayaibí, que é alvo de ações policiais e seguranças contratados pelos latifundiários do departamento. Em segundo lugar está o departamento de Alto Paraná com sete ocupações, especialmente em propriedades de brasileiros, como o exemplo da emblemática ocupação das terras do empresário Tranquilo Favero no distrito de Ñacunday, brasileiro que migrou para o Paraguai na década de 1960 e atualmente é o maior produtor de soja no país. Favero é acusado pelo fato de suas propriedades possuírem um maior número de hectares do que aqueles declarados na titulação. Por determinação da justiça paraguaia ocorreu o pedido de uma nova mensura judicial da área, porém foi arquivada devido a influência de Favero no Paraguai (Mapa 6).



As manifestações e ocupações dos movimentos de luta pela terra no Paraguai são violentamente reprimidas. De acordo com a Coordenadora de Derechos Humanos en el Paraguay (CODEHUPY), entre 1989 e 2013 foram registrados 117 mortes de militantes de movimentos de camponeses. Deste total, quatorze camponeses pertenciam a Federación

Nacional Campesina, sendo o movimento mais atacado por policiais e jagunços de empresas e latifundiários. Ainda segundo a CODEHUPY, os ataques a militantes da FNC se diferenciam dos ataques sofridos por outros movimentos de luta pela terra, pois geralmente são executados os militantes de base da FNC. Durante a *I Marcha del Campesinado Pobre*, realizada no ano de 1993 pelo movimento, foram executados seis camponeses que lutavam pela sua permanência no território. Todos os assassinatos não foram julgados, evidenciando mais uma vez a conivência do Estado a repressão dos camponeses paraguaios.

Destacamos que no Paraguai os sem-terra estão estruturalmente ligados aos movimentos camponeses, sejam movimentos atuantes em escala nacional, regional ou local. De acordo com Riquelme (2003, p. 40) “No han constituido una organización o movimiento independiente, como se ha dado en Brasil con los Movimientos de Sin Tierra (MST). Cada organización regional o nacional incorpora a los sin tierra en su propia estructura”. Observamos no Paraguai significativo número de movimentos socioterritoriais atuantes em escala local, que lutam contra a territorialização de corporações do agronegócio, principalmente empresas estrangeiras, contra a utilização de agroquímicos por pulverização aérea, por acesso a créditos, por políticas públicas e, recentemente, contra o governo de Horácio Cartes, que promove a transnacionalização definitiva do território paraguaio através da criminalização da luta pela terra e da cumplicidade para com a elite latifundiária nacional e com as corporações de capital estrangeiro.

Considerações finais

O Brasil e o Paraguai, cada qual com o seu processo de colonização e de desenvolvimento do capitalismo, apresentam semelhanças na luta pela terra e permanência no território. Em ambos os países, a questão agrária surge com o processo de formação dos seus territórios e se intensifica com a instauração da propriedade privada da terra, no caso do Brasil com a Lei de Terras de 1850 e no Paraguai com a Lei de Venda de Terras Públicas de 1883 e 1885, que põe a venda as chamadas “*Estancias de la Patria*” em que apenas estrangeiros tinham o poder de adquiri-las, ressaltando que neste período o Paraguai estava se recuperando da Guerra da Tríplice Aliança, que dizimou a população do país. Assim, tanto no Brasil como no Paraguai, a luta pela terra começou com articulações locais, reunindo apenas os camponeses afetados com a privatização da terra.

Na década de 1960 em decorrência da modernização excludente do campo brasileiro, pequenos produtores rurais dos estados da região Sul do país migraram para o Paraguai em busca de melhores oportunidades e terras mais baratas, o que culminou na

desterritorialização de camponeses paraguaios. Concomitantemente, devido à migração de brasileiros para o Paraguai, empresas de colonização brasileiras também se territorializaram no Paraguai e se deu início a uma massiva especulação imobiliária na região fronteira. Os camponeses paraguaios desterritorializados não possuíam recursos financeiros para adquirir as terras uma vez que os valores eram muito altos e os únicos compradores eram os brasileiros. Essa situação se agravou com a entrada da soja no Paraguai no final da década de 1970, momento em que o Paraguai possui 400 mil migrantes brasileiros. Essa situação gerou um repúdio dos camponeses paraguaios em relação aos proprietários brasileiros, acusando-os de imperialistas e de ‘roubarem’ o território camponês.

O Estado paraguaio foi totalmente conivente com a territorialização dos brasileiros no país, desenvolvendo a geopolítica da entrega do Paraguai para o Brasil (LAINO, 1979). Durante o período ditatorial no Brasil (1964-1985) e no Paraguai (1954-1989) os movimentos socioterritoriais foram violentamente reprimidos. No caso do Paraguai as Ligas Agrárias Cristianas, o primeiro movimento camponês organizado do país, foram exterminadas a tal ponto que até os dias atuais camponeses dos departamentos nos quais surgiu o movimento possuem receio de se organizarem para lutar pelo território devido ao temor a repressão. Com a abertura democrática, no Brasil iniciada em 1974 e terminada em 1988 com a promulgação da Constituição e no Paraguai com início em 1989 e fim em 1992 também com a nova Constituição, possibilitou a maior atuação dos movimentos socioterritoriais, aumentando as ações de luta pela terra, por permanência no território e contra o modelo vigente sem o receio da repressão.

No século XXI os movimentos começam a responder ao terremoto social provocado pela onda neoliberal que atinge a América Latina desde a década de 1980 e procuram outras formas de lutar (ZIBECCHI, 2003). Sobre as ações e estratégias de luta dos movimentos socioterritoriais brasileiros e paraguaios destacamos que a ocupação é para ambos a principal e mais eficaz forma de acesso a terra. No caso do Paraguai, apesar de um número menor deste tipo de ação em relação ao Brasil, esta é muito importante uma vez que a maioria dos territórios camponeses institucionalizados são frutos desta ação (RIQUELME, 2003). As manifestações ocorrem em um maior número nos dois países, inclusive em capitais devido ao fato de ser centro de decisões e de proporcionarem maior visibilidade. Outra característica destes movimentos são as articulações com demais organizações, seja para ocuparem, manifestarem ou lutarem a favor ou contra uma causa em comum. Por fim, ambos os movimentos possuem a luta principal contra o agronegócio e a favor da reforma agrária e de sua permanência no território. Um exemplo de luta contra o agronegócio no Brasil é o conflito em relação a transnacional brasileira Cutrale, que segundo denúncias tem propriedades griladas. No caso do Paraguai um exemplo claro é a luta contra territorialização da soja que ocorre através de latifundiários brasileiros e,

recentemente, da pecuária intensiva através de empresários uruguaios. Outro ponto semelhante é a criminalização e repressão sofridas pelos movimentos socioterritoriais brasileiros e paraguaios.

Referências

BASE Investigaciones Sociales. **La FNC marchó en Asunción, mientras prepara ocupaciones de tierras en el campo**. Publicado em: 19 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.baseis.org.py/la-fnc-marcho-en-asuncion-mientras-prepara-ocupaciones-de-tierra-en-el-campo/>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMPOS, Daniel. Antecedentes históricos: Colonización, Estado y Organizaciones Campesinas. BORDA, Dionisio; CAMPOS, Daniel. **Las organizaciones campesinas en la década de los 80. Sus respuestas ante la crisis**. Asunción: CIPAE, 1992.

CODEHUPY. **Informe de la Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay**. Asunción: CODEHUPY, 2014.

DELGADO, Víctor. **Ñandekuera (Todos nosotros)**. Buenos Aires: Ágora, 2012.

FELICIANO, C. A. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antonio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2008.

Fernandes, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringa) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: IBAMA, 2003.

LAINO, Domingo. Paraguai. **Fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global Editora, 1979.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos sócioespaciais in: **Caderno Prudentino de Geografia**. São Paulo, n. 19/20, 1997, pp. 26-41.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo - 1990-2013**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2014.

PALAU, Marielle. Luchas sociales obligan a retroceder al gobierno y detienen proceso de privatizaciones. **Observatorio Social de América Latina**, año 3, n. 08, p. 20-25, set. 2002.

PALAU, Marielle. **Movimiento Popular y Democracia**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

PALAU, Tomás. El movimiento campesino en el Paraguay: conflictos, planteamientos y desafíos. **Observatorio Social de América Latina**, año 6, n. 16, p. 35-46, jun. 2005.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en el Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 1972.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PEDON, Nelson. **Movimentos Socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2009.

PEREIRA, Danilo. **Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social**: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

RIQUELME, Quintín. **Los sin tierra en Paraguay**. Conflictos agrarios y movimiento Campesino. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

ROMERO, Fernando Gabriel. La lucha del campesinado paraguayo frente a la concentración y extranjerización de la tierra. ROJAS VILLAGRA, Luis (Org.). **Neoliberalismo en América Latina**: crisis, tendencias y alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 125-145.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços**: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2013.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI. **Campo - Território**, v. 5, 2010.

TALESCA, Ignacio. **Ligas Agrarias Cristianas (1960-1980)**: Orígenes del Movimiento Campesino en Paraguay. Asunción: CEPAG, 2004.

VILLAGRA, Luis Rojas. **La metamorfosis del Paraguay**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

Recebido para publicação em 24 de maio de 2016.

Devolvido para a revisão em 17 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 27 de novembro de 2016.